

Política cultural no estado da Bahia
Gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006)

Giuliana Kauark

“A cultura é a mais coletiva propriedade de um povo. (...) Por isso deve ser considerada prioridade de Governo” (BAHIA, 2005, p. 2).

Numa compreensão livre, pensar em uma produção cultural coletiva como enfoque de uma política pública de cultura – tal como aparece na definição anterior – implica pensar em uma dimensão democrática da transmissão de valores, comportamentos e idéias. Uma linha que se estende ao social, ao que também comumente se chama cidadania cultural, e que, portanto atinge toda a população. Esta premissa, criada a partir do texto supracitado da Secretaria de Cultura e Turismo, será buscada em projetos e ações referentes à política cultural realizada na Bahia durante os governos de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006).

Ambos governantes são filiados ao Partido da Frente Liberal (PFL), que na Bahia tem a presença central e constante do (padrinho) político Antonio Carlos Magalhães. César Borges sucedeu Paulo Souto na eleição de 1998 vencendo em primeiro turno com 44,8%¹ dos votos a disputa com Zézeu Ribeiro (PT), que conseguiu 9,7% dos votos e João Durval Carneiro (PDT), com 8,2%. Já Paulo Souto assume em 2002 sua segunda gestão após derrotar, também no primeiro turno, com 53,69%² dos votos, Jaques Wagner (PT) que obteve 38,47%. Nesta última eleição o PFL estabeleceu alianças com o PPB, o PTB, o PTN e o PST, que facilitaram a re-eleição de Paulo Souto.

Seguindo a cartilha política do carlismo, César Borges e Paulo Souto empreenderam administrações semelhantes, sobretudo no que tange ao investimento do setor terciário da economia, o setor de serviços, como um importante fator de desenvolvimento do estado. Transformar a Bahia num dos principais destinos turísticos do Brasil, e ter como diferencial do turismo a sua cultura, foi uma meta desses governos. Com estes dois governos pode-se afirmar que houve uma consolidação do pensamento e da intervenção política do grupo carlista nas áreas cultural e turística articuladas pela Secretaria de Cultura e Turismo (criada

¹ Em número absoluto: 2.419.762 votos válidos.

² Em número absoluto: 2.871.025 votos válidos.

em 1995 na primeira gestão de Paulo Souto) e pela presença constante do secretário Paulo Gaudenzi.

A Secretaria de Cultura e Turismo - SCT será o órgão responsável pela formulação das políticas de cultura e de turismo, assim como pela gestão pública destas pastas. Reunirá em sua estrutura instituições que, antes de sua criação, executavam ações culturais, como por exemplo, a Fundação Cultural do Estado - FUNCEB, a Fundação Pedro Calmon – FPC, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado – IPAC, o Instituto de Rádio-Difusão - IRDEB e a Empresa de Turismo da Bahia S/A - Bahiatursa.

Ao longo de mais de dez anos de existência da SCT, houve uma continuidade da política cultural na Bahia, sobretudo com a legitimação de um discurso identitário regional. Nesse sentido, os governos de César Borges e Paulo Souto são reconhecidos, segundo a publicação *Memória da cultura - 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia* (BAHIA, 2004), como momentos de manutenção e estabilização das ações culturais iniciadas. Tal como afirma o secretário Paulo Gaudenzi em discurso na Academia Baiana de Letras, em 2001, a SCT “vem dando continuidade à política cultural encetada desde o governo de Antonio Carlos Magalhães, em 1991” (GAUDENZI, 2001, p. 7).

Pensamento governamental

Registrada em documento, a política cultural do Estado da Bahia deve adotar:

Estratégias e ações que contribuam para ampliar o lastro de possibilidades e de oportunidades de criação, produção e difusão cultural, assegurando o acesso e a participação de amplas camadas da população nos processos de ativação da cultura, da preservação e conservação do acervo patrimonial, histórico e cultural, tangível e intangível (BAHIA, 2005, p. 2).

Ao definir tais mecanismos para a cultura o governo do Estado reitera um discurso comum às políticas culturais do Brasil, aliando conceitos sobre democracia, identidade e diversidade locais com ações de financiamento da produção a partir de leis de incentivo e intervenções governamentais na preservação dos patrimônios material e imaterial. Mas, quando vamos perceber que projetos consolidam o pensamento governamental nos deparamos com uma política repartida entre cultura e turismo.

Um primeiro fator de análise desta política imbricada é o próprio secretário da SCT. Paulo Gaudenzi é responsável pelo cargo desde 1995 até os dias de hoje. Em sua trajetória está a coordenação de Fomento e Turismo na Secretaria de Indústria e Comércio, em 1973 durante o primeiro governo de ACM, a presidência da Bahiatursa, entre 1979 e 1986, quando este órgão assumiu o planejamento das políticas de desenvolvimento do turismo no estado, e depois entre 1991 e 1994, quando é criado o PRODETUR, Programa de Desenvolvimento do Turismo, no qual foi elaborado um planejamento do turismo do estado para 15 anos, de 1991 a 2005, com a realização de obras de infra-estrutura básica e de restauração do patrimônio físico, visando melhorar a oferta turística.

Em comemoração aos dez anos de Secretaria de Cultura e Turismo, o Conselho Estadual de Cultura realizou em dezembro de 2005 uma série de palestras sobre a política cultural executada na Bahia. Na fala do secretário, ele contou por que Paulo Souto o convidou para administrar o então criado órgão. Indica Paulo Gaudenzi que o que interferiu na escolha do governador foi a visão designada à área da cultura, antes considerada como uma atividade social, mas por ele defendida como uma atividade econômica. Sendo esta a intenção do governo, a visão de Gaudenzi disseminou-se por toda estrutura da SCT.

Balizando o empreendedorismo do secretário, vemos em George Yúdice que novos modelos de capitais econômicos são sempre repensados, em escala internacional, com o escopo de dinamizar e corrigir falhas de ações passadas. Sendo assim, “o recurso do capital cultural é parte da história do reconhecimento da insuficiência do investimento no capital físico durante os anos 1960, no capital humano dos anos 1980, e no capital social dos anos 1990” (YÚDICE, 2004, p. 31).

Um outro pilar do pensamento governamental para a cultura baiana está em potencializar e divulgar a identidade do estado. Este ponto relaciona-se com a política de patrimônio cultural tangível e intangível, mas principalmente com ações que agregam o marketing e o turismo. O impacto do reconhecimento da cultura de uma cidade pode gerar diferentes resultados. A população pode experimentar um sentimento de pertença, e daí valorizar sua cultura, com a possibilidade de transmitir seus conhecimentos para os mais jovens e para os visitantes. Mas, pode acontecer também um exacerbado artificialismo dos produtos culturais, aliás, turísticos, que são vendidos, mas que pouco interagem com a vida daquela comunidade. O Pelourinho, por exemplo, um dos ícones identitários mais

conhecidos da Bahia, centro de atração turística, é local em que, ironicamente, o governo deslocou antigos residentes, pobres na maioria, cedendo o espaço para comércio e serviços turísticos.

A primeira intervenção do Estado na esfera cultural está centrada precisamente na definição do que a sociedade deva reconhecer como cultura (...) Paralelamente, por meio de procedimentos de caráter educacional, o Estado propicia a via de acesso aos domínios culturais que não são gerais ou imediatos (...) Por fim, acaba o Estado destacando do conjunto indeterminado da cultura da sociedade um subconjunto que deve ser tomado como patrimônio de todos e o submete a políticas específicas de produção, difusão, consumo e proteção. (DÓRIA, 2003, p. 29-30).

Cabe-nos investigar que políticas são desenvolvidas, a partir da estrutura, projetos e linhas estratégicas da Secretaria de Cultura e Turismo. O que é propagado e o que se faz.

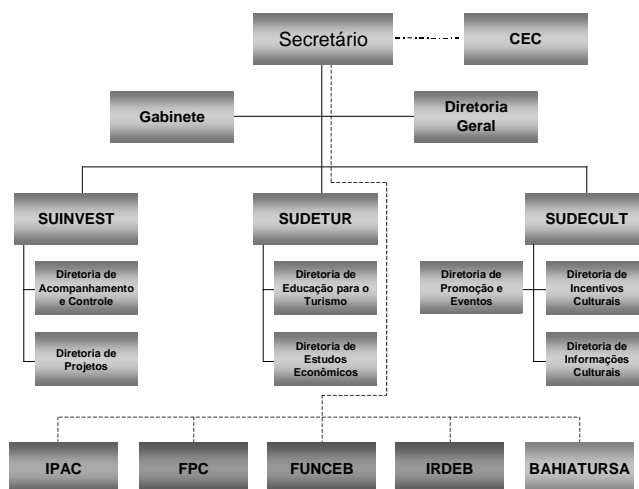
Instituições e linhas estratégicas da Política Cultural do estado

Órgão central da administração da cultura no governo do estado, a Secretaria de Cultura e Turismo, ao longo das gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006), passou por modificações em sua estrutura organizacional. Essas mudanças estão expressas nas Leis nº 7.435 de 1998 (no governo César Borges) e nº 8.538 de 2002 (no governo Paulo Souto), que recomendam mudanças na Administração Pública do Poder Executivo Estadual, de maneira geral. Em relação ao sistema de cultura do estado, as Leis incidiram sobre alguns órgãos e entidades de caráter consultivo, executivo e decisório³.

Após as alterações previstas nessas Leis, a Secretaria atualmente conta com três órgãos de Administração Direta (SUDECULT, SUDETUR e SUINVEST), três Fundações (FPC, FUNCEB e IRDEB), uma Autarquia (o IPAC) e uma Empresa de Economia Mista (a BAHIATURSA). Possui também um Conselho Estadual de Cultura - CEC e uma Diretoria Geral que, além de atribuir regimentos e programas para as áreas de cultura e turismo, responde pela elaboração e execução do Plano Plurianual de Investimentos e da Proposta Orçamentária. Tal estrutura pode ser visualizada no quadro abaixo:

³ Ver Anexo 1: Dirigentes de órgãos relativos à política cultural do Estado da Bahia e Anexo 2: Equipamentos culturais do governo do estado.

Secretaria da Cultura e Turismo



Na Administração Direta, que compõe a estrutura interna da SCT, foram criadas a Diretoria Geral e as Superintendências de Cultura - SUDECULT e de Desenvolvimento do Turismo - SUDETUR, em 1998 e a Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST, em 2002, redefinindo algumas funções da SUDETUR. Essas Leis indicaram também o remanejamento de algumas funções dos órgãos vinculados à Administração Indireta da SCT, além da incorporação, em 2002, do Instituto de Rádio-Difusão da Bahia - IRDEB à sua estrutura organizacional (antes o IRDEB estava vinculado à Secretaria de Educação).

Para o desenvolvimento da atividade especificamente cultural da Bahia, o governo do estado se propõe o papel de “facilitador e indutor dos processos culturais” (BAHIA, 2003, p. 5). Desempenhos estes que implicam numa política de financiamento às artes por meio de recursos indiretos, de ordem fiscal ou de parcerias; de subvenções, sobretudo para preservação do patrimônio cultural tangível e intangível; de gerenciamento e apoio a instituições culturais; e de execução de projetos sócio-culturais⁴.

Os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura e Turismo distribuem-se por cinco linhas estratégicas de atuação política. Essas linhas programáticas estão definidas desde a criação da SCT, são elas: 1) Oferta de espaços e equipamentos culturais; 2) Difusão

⁴ Os projetos realizados pela SCT na execução da política cultural podem ser vistos no ANEXO 3: Projetos referentes à política cultural da SCT, divididos, de maneira aleatória, entre as linhas estratégicas.

e Dinamização da Cultura; 3) Desenvolvimento Sócio-cultural; 4) Preservação da Memória e Patrimônio e; 5) Fortalecimento Institucional. Descreveremos as estratégias a partir da ação das instituições e dos suportes governamentais:

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA - FUNCEB

À Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB, criada em 1974, foi delegada a responsabilidade “de planejar, promover, coordenar, executar e acompanhar as ações do Poder Público Estadual no âmbito da produção e difusão, bem como fomentar as manifestações artístico-culturais dos diversos segmentos da sociedade, conforme estabelece seu Estatuto alterado pelo Decreto 8.464 de 2003” (BAHIA, 2003a, p. 1). Com isso, a FUNCEB vai realizar uma política voltada, sobretudo, às linguagens artísticas e à manutenção de alguns espaços culturais – sendo esses, teatros, centros culturais e salas de cinema.

A FUNCEB mantém convênios com instituições culturais da capital e do interior, sendo elas, Fundação Casa de Jorge Amado, Museu Carlos Costa Pinto, Academia de Letras da Bahia, Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro (Nicsa) e Museu Hansen Bahia (em Cachoeira). A Secretaria de Cultura e Turismo estabelece essas parcerias, que se concretizam em apoios para construção, reforma, recuperação, manutenção de projetos, arte-educação e formação de platéia, com a intenção de fomentar atividades culturais e suprir a ausência de espaços governamentais. Os apoios, entretanto, estão concentrados em instituições da capital.

Sobre os equipamentos culturais que a instituição administra está descrito, no relatório de 2003, que a maioria necessita de investimentos materiais e financeiros, além de otimização do quadro de pessoal. A proposta orçamentária para esses espaços é definida em Assembléia com a presença dos representantes no momento em que se desenha o Plano Plurianual. A receita gerada pelas atividades dos equipamentos é administrada pelo órgão central, no caso a FUNCEB, que repassa verbas após analisar todas as demandas.

Os Centros de Cultura – com exceção dos recém-construídos – apresentam deficiências de ordem cenotécnica, com iluminação precária e equipamentos obsoletos, inexistência de equipamentos de sonorização e de varas cênicas e de iluminotécnica, planejamento precário além de outros problemas estruturais, que dificultam a plena ocupação dos espaços. (...) Devolver aos Centros de Cultura, da

capital e interior, as condições básicas para que atuem como suporte natural para a circulação da produção artística baiana, exige investimentos consideravelmente superiores ao orçado em 2003. (BAHIA, 2003a, p. 13)

Dentre os espaços que possuem um uso satisfatório, segundo o mesmo relatório de governo da FUNCEB de 2003 estão: as Salas Alexandre Robatto e Walter da Silveira, o Espaço Xisto Bahia, a Escola de Dança, a Casa da Música, e os Centros Culturais de Itabuna e Juazeiro. Quando assinalada a limitada ocupação dos espaços, restrita a algumas apresentações pontuais ou realização de atividades educativas, estes são equipamentos do interior, sobretudo, ou da capital localizados em bairros periféricos.

Os Centros do interior e os espaços na capital mais deficitários, como os Teatros do ICEIA, Solar da Boa Vista e os Centro de Cultura de Alagados e de Plataforma (que se encontra desativado), abrigam principalmente (ou somente, em alguns casos) espetáculos inseridos no projeto de *Circulação Cultural* e oficinas promovidas também pela SCT.

Projetos sócio-culturais executados pela Fundação que oferecem oficinas de artes e realizam formação de platéia, como *Chapéu de Palha*, *DiVerso e Prosa*, *Cont'Ação*, *Expresso 2001's* e *Projeto Paradiso*, tiveram continuidade nos governos de César Borges e Paulo Souto. Os apoios a eventos e ações culturais, como por exemplo, *Pelourinho Dia & Noite*, *Terça da Boa Música*, *Série TCA*, *Quarta que Dança*, *Caminhada Axé*, *Julho Salvador* e *Salões Regionais de Artes Plásticas*, também. São destaca, nessas gestões, a criação da *Campanha Sua Nota é um Show*, em 1999, em parceria com a Secretaria da Fazenda⁵, e dos projetos *População* e *Circulação Cultural*, em 2003, que têm como objetivo “revitalizar as manifestações populares da Bahia (...) e realizar o intercâmbio de espetáculos de música, dança e teatro entre a capital e o interior, [respectivamente]” (BAHIA, 2004, p. 74).

População e *Circulação Cultural* são avaliados como grandes marcos da Fundação na atual gestão de Paulo Souto. Mas, é relevante chamar a atenção que eles acontecem, prioritariamente, em cidades que possuem equipamentos culturais do estado. Portanto, a

⁵ A Campanha Sua Nota Vale um Show estava inserida no Projeto de Educação Tributária - PET, criado a partir do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, proposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. O projeto estava previsto para durar seis meses, mas devido ao sucesso, ele continua sendo realizado.

área de abrangência dessa ação governamental é muito pequena, pois apenas 15 municípios dispõem de tais espaços, com exceção da capital

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON - FPC

As unidades das Bibliotecas, que ficavam a cargo da FUNCEB, foram remanejadas para a coordenação da Fundação Pedro Calmon - FPC. O Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB foi extinto em 2002, tendo suas funções também incorporadas a FPC. Com isso, a FPC, criada em 1986, passa a funcionar como Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, organizando arquivos históricos, geográficos, administrativos, técnico, legislativo e judiciário da Bahia.

Na publicação *Bahia Cultural*, da SCT, que sai mensalmente com atividades e eventos que acontecem no estado, pode ser conferida uma programação nas bibliotecas organizada pela FPC. São diversos os temas trabalhados nas bibliotecas, como trânsito, saúde, ecologia e artesanato, sendo diversas também as atividades – com exibição de vídeos, exposições, música e palestras. Em relatórios da Secretaria não foi encontrada a estimativa de público nestas atividades, nem a sistematização destas com escolas da rede estadual ou municipal.

Agregando funções referentes ao Arquivo Público, trabalhando para a disseminação do Sistema Estadual de Arquivos Municipais, a Fundação também está responsável pela:

Realização de estudos de viabilidade para criação de arquivos nos municípios e / ou implementação das atividades dos arquivos existentes; Envolvimento dos poderes locais e de outras instituições representativas da comunidade para apoiar a instalação e / ou fortalecimento do arquivo; Orientação técnica para seleção do imóvel onde funcionará o arquivo, bem como para aquisição dos materiais de consumo e equipamentos; Capacitação / reciclagem dos servidores municipais que trabalham no arquivo; Assessoramento técnico para organização do acervo documental do arquivo, consoante com as modernas técnicas de arquivo; Implantação de programas para informatização dos serviços do arquivo (BAHIA, 1998, p.16-17).

Em 2003 a FPC iniciou uma parceria com o Liceu de Artes e Ofícios no projeto *Memória e Cidadania*, que oferecia oficinas para a formação de auxiliares em restauração de documentos históricos. Outras parcerias são feitas com prefeituras e universidades. Não foram encontrados também os resultados.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL – IPAC

O IPAC, criado em 1967, cuida da preservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico do estado. Este órgão desempenha, sobretudo, funções técnicas, e funções de fiscalização e acompanhamento de obras de recuperação do patrimônio, que são realizadas através de convênios. As principais instituições públicas parceiras são a CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, o PRODETUR - Programa de Desenvolvimento de Turismo da Bahia e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na capital, o principal projeto de recuperação foi o do Centro Histórico de Salvador - CHS. A área do CHS passa por medidas de proteção desde 1959 pelo governo federal através do SPHAN (atual IPHAN) e da extinta Fundação Pró-Memória. Mas foi após seu registro como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, em 1985, que as propostas de revitalização foram intensificadas pelos governos estadual e municipal. Durante a gestão de ACM no governo do estado, foi planejada uma grande intervenção no CHS, dividida em sete etapas, que teve a intenção inicial de transformar o Pelourinho em um “shopping a céu aberto”.⁶ Atualmente este projeto encontra-se em sua sétima etapa que, diferente das etapas anteriores, não é conduzida pelo IPAC, mas pela CONDER. Os recursos são provenientes de empréstimos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As principais diferenças desta operação iniciada em 1991 das anteriores são, como indicam Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes:

A vontade política (...) transformando a intervenção numa marcante operação de marketing político. (...) O volume de investimento em sua aplicação concentrada num curto tempo, permitindo que grande número de edificações fosse renovado simultaneamente, ampliando a credibilidade. A centralização da gestão de propriedade nas mãos do Estado (...) através do regime de comodato (...), sistema utilizado pelo poder público para intervir na área e manter o controle sobre ela. (...) Do ponto de vista social se caracteriza pelo abandono radical da proposta de manutenção da população na área e a conseqüente expulsão “branca” dos moradores aí residentes, viabilizando, assim, física e socialmente, a transformação do perfil social da área (GOMES e FERNANDES, 1995, p. 55).

⁶ “Shopping a céu aberto” é uma expressão encontrada em peças publicitárias e matérias de jornais da época. A Bahiatursa possui um *clipping* sobre o CHS com matérias desde 1990. Enquanto no início dos anos 90 aparece uma série de publicações sobre o “shopping Pelourinho” divulgado em revistas e jornais da Bahia e de outros estados, ou como matérias ou como propagandas de turismo, a partir de 2000, os jornais, sobretudo o jornal A Tarde, adotam uma postura mais questionadora sobre o grande projeto que foi a Revitalização do Centro Histórico.

Para “revitalizar” o Pelourinho, o governo estadual promoveu uma desocupação da área, re-locando a população residente em subúrbios ou oferecendo indenizações. Buscou-se diminuir o risco da violência naquele espaço destinado ao turismo, no entanto, o problema social hoje no Pelourinho é maior do que nas décadas de 1970 e 1980, tendo aumentado o tráfico de drogas, a prostituição, os furtos⁷. Essa ação desarticulou uma organização social existente. De território reconhecido pela multiplicidade de expressões que dali surgiram como os afoxés, os blocos afros, o samba-reggae, as terças da bênção, as festas religiosas e populares, os bares, o cravinho, etc, o Centro Histórico hoje oferece programação com pouca diversidade cultural e centralizada pelo projeto Pelourinho Dia & Noite.

Cabe ainda ao órgão IPAC, atualmente, administrar os Museus, que assim como as Bibliotecas estavam sob encargo da FUNCEB. Não foram encontradas referências para esta função que consolidassem processos de dinamização dessas instituições. Apenas tivemos acesso ao organograma do IPAC que indica a gestão díspar entre as unidades, sendo o MAM – Museu de Arte Moderna e o MAB – Museu de Arte da Bahia, autônomos em relação os demais, que são coordenados por uma diretoria.

SUPORTES

Suportes, para a política cultural baiana quer dizer, programas que auxiliam a execução de projetos e de ações das demais linhas estratégicas. Dentre os suportes estão: Censo Cultural, Programa Fazcultura, PIB Cultural, Inventário Patrimonial e o FunCultura. No ano de 2005 novos instrumentos são indicados neste item.

O Inventário Patrimonial, um dos suportes da política estadual de cultura, foi iniciado pela Secretaria da Indústria e Comércio e continuado pela SCT. Trata-se de um levantamento dos monumentos artísticos existentes na Bahia, sejam militares, civis ou religiosos. A realização desse projeto propõe registrar as possíveis modificações nesses

⁷ Opinião de Gerônimo, ex-morador do Pelourinho, músico e realizador do show O Pagador de Promessas, nas escadarias da Igreja do Passo (bairro do Carmo), em entrevista concedida à autora no dia 23 de maio de 2006.

patrimônios. No *site* da Secretaria de Cultura e Turismo está disponibilizado o conteúdo do inventário, podendo constatar que os estudos são datados da década de 1970.

O Censo Cultural, um dos instrumentos da política cultural do estado, serve para o conhecimento do contexto cultural de todos os municípios da Bahia. Realizado entre os anos 1995 e 1998, o Censo foi atualizado em 2000. Esse projeto realizou um levantamento “do patrimônio, das manifestações artísticas e culturais, dos equipamentos, dos espaços afins, das instituições e agentes culturais existentes em todos os municípios baianos” (BAHIA, 2003a, p. 18-19). Teve como resultado a elaboração de um banco de dados, a publicação de 16 Guias Regionais e com suas informações disponibilizadas também pela internet. A utilização desse mapeamento cultural não parece, entretanto, impulsionar outras práticas culturais do governo para dinamizar os espaços culturais nas cidades do interior.

A metodologia aplicada neste censo é bastante simplificada. O governo do estado solicitou às Prefeituras dos municípios baianos que indicassem os lugares, produtos, artistas de relevância para a cultura local. Por esta metodologia, o resultado do censo possui uma pequena abrangência. O projeto Bahia Vista por Dentro, que busca atingir 417 municípios, visa também identificar os bens culturais das localidades, realizando como atividades relacionadas, um encontro municipal de cultura, um encontro regional e oficinas para elaboração de projetos. Os resultados deste projeto ainda não foram divulgados, já tendo sido realizado, segundo o próprio *site* da Secretaria de Cultura e Turismo, em 75 municípios.

O PIB Cultural, outro suporte da política cultural, é composto de dados estatísticos acerca da mensuração dos gastos com atividades culturais. São analisados nessa pesquisa, “o consumo de bens e serviços culturais pelas famílias residentes e não residentes, agregando-se a este resultado o consumo do governo, o investimento público, de instituições sem fins lucrativos e de empresas privadas, a variação de estoques e as exportações menos as importações” (BAHIA, 2000, p. 2).

O primeiro estudo sobre o Impacto da Cultura na Economia foi realizado no ano de 1996. Em 2000 os dados foram atualizados informando que a atividade cultural contribuiu com cerca de 4,9% para o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia. O consumo na Bahia, como aparece nesse estudo, caracteriza-se como sazonal, “estimulado nos meses em que se realizam festas populares” (BAHIA, 2000, p.14).

Em 2006 um novo suporte foi divulgado no *site*, Estatística Cultural, que oferece uma tabela de espetáculos e eventos realizados ao longo do ano de 2005 (em resumo, numa tabela anual e detalhada a cada mês). A intenção é ter também um comparativo de tabelas de diferentes anos. Um estudo simples, mas de utilidade para produtores e empreendedores culturais.

Esses suportes funcionam como balizas que verificam e indicam qual impacto na produção artística, no patrimônio, na economia, a política cultural implementada está tendo. Um mecanismo interessante, mas que se encontra desatualizado e pouco estudado.

FAZCULTURA

O Fazcultura, particularmente, é um suporte que se tornou a principal estratégia para a produção cultural. Já tendo sido objeto de estudos, o Fazcultura é emblemático por – como é afirmado em discurso oficial – “constituir um dos pilares da nova política governamental de desenvolvimento da cultura” (www.fazcultura.gov.ba.br). O novo papel ao qual se incumbe o governo do estado, de unir cultura e economia, tem a ver a criação deste dispositivo institucional – uma lei de isenção de imposto – para investimento no setor cultural.

O Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura, instituído pela Lei nº 7.015 de 1996, é realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo (através da Diretoria de Incentivos Culturais - SUDECULT) em conjunto com a Secretaria da Fazenda – que tem a função de verificar os dados cadastrais dos patrocinadores. O incentivo à cultura se dá através do abatimento de até 5% do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - de empresas situadas na Bahia, podendo recolher até 80% do valor a ser financiado. A legislação do programa foi aperfeiçoada durante as gestões de César Borges e Paulo Souto, alterando alguns critérios de inscrição e avaliação dos projetos. A negociação da cota de verba pública para a cultura a ser gasta em incentivos fiscais foi uma dessas mudanças.

Anualmente é estabelecido pelo governador do estado, através de decreto, o montante de recursos destinado à renúncia fiscal. (...) Iniciado em 1997 com uma cota de R\$ 5 milhões, o Fazcultura chega a R\$ 13 milhões para o exercício de

2004, representando um aumento de 128%. (...) Visto por outro ângulo [esse aumento] indica a tendência da crescente desregulamentação das funções do estado na área cultural, na medida em que reflete a diminuição da dotação orçamentária destinada para a pasta da cultura. (VIEIRA, 2004, p. 176).

O Fazcultura tem como propósito, segundo os documentos oficiais, possibilitar uma auto-sustentabilidade do campo cultural através do fomento da indústria cultural e da profissionalização deste campo. Nesse sentido, o programa é descrito como eficaz mecanismo de democratização da atividade cultural. Porém, é conhecida a concentração de recursos em determinadas entidades.

Dos R\$ 28.572.918,00 captados entre 2001 e 2002, R\$ 10.249.040,00, ou 39% dos recursos, ficaram concentrados nas mãos de dez beneficiários. Esse é um volume de recursos representativo, tendo em vista o fato de que no período analisado, 130 proponentes foram beneficiados pela lei estadual de incentivo à cultura. Ou seja, os R\$ 18.323.878,00 restantes foram distribuídos entre os 120 proponentes que não figuraram na lista dos dez mais contemplados pelo programa (VIEIRA, 2004, p. 204)⁸.

Atrelado a este problema pode se questionar a ação governamental no sentido de verificar se “os recursos públicos advindos do incentivo fiscal têm sido usados para facilitar o acesso de segmentos excluídos ou têm sido empregados na burocracia e junto aos públicos mais privilegiados” (MIRANDA apud VIEIRA, 2004, p. 193). Na tentativa de resolver a questão, o governo estadual traça como meta:

A criação de um Fundo Especial, com recursos oriundos do setor privado, destinados ao financiamento de projetos de menor porte que apresentem comprovadamente, dificuldades de captação de recursos. As empresas poderão patrocinar, abatendo do imposto devido o valor dos projetos que vierem a financiar, destinando parte do patrocínio para a composição do fundo (BAHIA, 2005: 25).

O Fundo de Cultura da Bahia - FUNCULTURA é implementado em 2005, tendo como finalidade financiar “os projetos, preferencialmente, que apesar da importância do seu significado, sejam de baixo apelo mercadológico, o que dificulta a obtenção de patrocínio junto à iniciativa privada” (http://www.sct.ba.gov.br/fundo_cultura/fundo_

⁸ No período 2001-2002, os dez maiores proponentes beneficiários foram (em ordem classificatória): Santa Casa da Misericórdia; Mosteiro de São Bento, Caderno 2 – produções artísticas; Res Inexplicatas Volans; Álvaro conde Lemos Filho; Máster Min consultoria e eventos; Truque produtora de cinema tv e vídeo ltda; Associação Picolino de Artes do Circo; Associação cultural bloco carnavalesco Ilê Aiyê; D.M. Marketing cultural e comunicação ltda. (VIEIRA, 2004, p. 203)

cultura.asp). Projetos como o Mercado Cultural, do Instituto Casa Via Magia, e compra de equipamentos pelo IRDEB, Instituto de Rádio Difusão, são alguns dos que pleitearam e obtiveram recursos do Fundo.

Uma outra alteração do Fazcultura diz respeito ao percentual de distribuição dos recursos entre as sete áreas de atuação, após a publicação da Resolução nº 473/2003. São essas áreas: Artes Cênicas com 24%; Música com 20%; Arquivo, Biblioteca, Museu e Bens Móveis e Imóveis com 20%; Artes Plásticas, gráficas e fotográficas com 10%; Artesanato, Folclore e Tradição Popular com 10%; Cinema e Vídeo com 8%; e Literatura com 8%.

A área referente à Tradição também foi reformulada, por que os recursos esgotavam com os projetos de Carnaval e São João. Esses dois eventos, por já conseguirem sustentarem-se economicamente, tiveram uma fixação de valores e limites para o patrocínio fiscal.

As restrições ao apoio a projetos voltados para a realização de festas juninas e eventos carnavalescos vêm sendo uma constante nas alterações dos critérios que regulam o programa. A primeira delas ocorreu no ano de 2000, quando foi publicado o Decreto 7.833/2000, no qual se excluiu o apoio a festas juninas em virtude da polêmica causada pelo esgotamento dos recursos logo no início do ano. Doravante, limitou-se também o apoio a eventos carnavalescos, permitindo-se apenas o incentivo a projetos ligados a manifestações culturais de blocos afro e de índio, excluindo o patrocínio a blocos de trio ou a propostas que tinham como objeto organizar a infraestrutura da festa, como fora permitido até 1999. Em 2003, (...) volta-se a aceitar novamente a inscrição de projetos referentes a festas juninas – porém, sob critérios mais restritivos, dispostos na Resolução nº 475/2003 – e exclui-se definitivamente o incentivo a projetos, de qualquer gênero, desde que vinculados ao carnaval (Decreto nº 8.668/2003. art 2º, *caput* XXXI) (VIEIRA, 2004, p. 184-185).

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA – BAHIATURSA

Apesar das atividades da Bahiatursa estarem, em sua maioria, vinculadas às Superintendências de Turismo, o papel deste órgão na divulgação e promoção do turismo repercute em aspectos da política cultural do estado. Criada em 1968, como Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A, em 1973, após uma reestruturação institucional, a Bahiatursa teve modificada sua natureza jurídica, sendo até hoje uma sociedade de economia mista. Nesta época, a Bahiatursa começou a organizar e planejar o carnaval.

Antes do advento da criação da Secretaria de Cultura e Turismo, a Bahiatursa foi

um dos principais órgãos que formulou e promoveu sistematicamente políticas voltadas para a área cultural. Suas ações tinham como escopo tratar a preservação e valorização do patrimônio artístico e cultural como elementos de dinamização do produto turístico oferecido pelo estado. A empresa atualmente formula as políticas de desenvolvimento do turismo, tendo como competência fomentar uma política de marketing, objetivando a expansão do fluxo turístico no estado. No entanto, até a atual gestão de Paulo Souto, a Bahiatura também organiza festas populares, além de “formular políticas culturais para setores específicos como saveiros, museus, culinária, folclores, teatro e artesanato” (VIEIRA, 2004, p. 115).

Segundo o documento *A Reforma Administrativa do Poder Executivo Estadual e seus Reflexos na Secretaria da Cultura e Turismo*, sobre a Lei 8.538 de 2002, “o atual desafio da Secretaria da Cultura e Turismo é implantar um novo modelo de gestão, descentralizado e participativo, visando promover a interlocução e o comprometimento dos *stake holders* no processo de desenvolvimento do turismo, através da formação das parcerias necessárias” (BAHIA, 2002, p. 8). A existência de dois órgãos da Administração Direta que cuidam do setor de turismo, além do fato do secretário Paulo Gaudenzi ter sido presidente da Bahiatura, são alguns indicativos de uma preeminência dos interesses do turismo sobre os do setor cultural nas ações da SCT⁹.

A atividade turística consolida-se cada vez mais como um dos grandes vetores da expansão econômica do estado da Bahia em virtude das ações voltadas para o marketing turístico e para a qualificação dos serviços através da capacitação de mão-de-obra, focos da ação governamental. As estratégias que vêm sendo colocadas em prática ao longo dos anos têm apresentado resultados positivos e permitem que a grande meta seja impulsionar cada vez mais o turismo, com o objetivo de colocar a Bahia como o principal destino turístico brasileiro na próxima década. (...) Pretende-se fomentar o desenvolvimento do turismo comprometido com a identidade e valores culturais da comunidade associados a serviços competentes. (http://www.sct.ba.gov.br/relatorios/relatorio_2000.asp.)

⁹ Vale ressaltar que atividades das superintendências de turismo não estão sendo consideradas neste estudo sobre a política cultural do estado, no entanto, algumas de suas ações servirão para contrapor com as ações culturais. Pretende-se, dessa forma, compreender a relação entre cultura e turismo, na política da SCT, através de dados e informações.

Política de cultura (e/ou de turismo?)

Na opinião dos dirigentes governamentais da Bahia, a cultura então deve ser tratada como um importante agente para o desenvolvimento econômico do estado. A explicação dada é o fato de a atividade cultural permear outras como o turismo, a educação, o meio ambiente. Mas a aplicação deste conceito é considerada eficaz apenas quando promove a atração e o crescimento turístico. A possibilidade de geração de renda e emprego está atrelada principalmente ao oferecimento de serviços para o turismo, e junto a isso, às atividades de entretenimento e lazer.

O governo da Bahia reconhece a interdependência entre a cultura e o turismo. A cultura é um fator de diferenciação da oferta turística, e o turismo, um elemento facilitador da implementação da indústria cultural. Justamente por essa razão, o governo trata a cultura como produtora de riqueza econômica, ao contrário de outras regiões do país, onde a cultura recebe tratamento apenas residual, como se fora eventual excedente do crescimento econômico. Um dos vários exemplos que referendam a atitude pró-ativa do governo frente à área da cultura é o projeto do Cluster de Entretenimento da Bahia, capitaneado pela Secretaria da Cultura e Turismo. Prevê esse projeto a necessidade de mais investimentos privados na ampliação, sofisticação e dinamização do conjunto da oferta de atrativos e serviços de entretenimento, além do estímulo e apoio governamental à maior sinergia e integração negocial entre cultura e turismo (BAHIA, 2000, p. 2).

O trecho destacado da citação parece sugerir que a maneira de a cultura tornar-se prioridade para o governo estadual, ou de passar a ser considerada como um fator estratégico para o desenvolvimento econômico do estado, se dá através da conjugação, ou melhor, subsunção ao turismo. Considerando o processo histórico da indústria cultural como uma penetração do capital financeiro na esfera da economia da cultura, da comunicação e do entretenimento, nesses termos, pode-se concluir que na Bahia, a principal maneira de movimentar economicamente o campo cultural é através do turismo.

O Cluster Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia, sugerido na citação anterior como um investimento na área da cultura, é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que reúne empresas e setores governamentais nas áreas de turismo, entretenimento e cultura, criada em 2002, em uma iniciativa da Secretaria de Cultura e Turismo e da Secretaria de Planejamento. Dentre os objetivos desse organismo, entretanto, quase não há referência à cultura:

- Desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico do turismo em toda a Bahia;
- Promover e apoiar o turismo sustentável;
- Contribuir no relacionamento entre governo e iniciativa privada;
- Estimular a responsabilidade social empresarial;
- Incentivar a educação permanente em entretenimento, cultura e turismo;
- Promover a percepção do turismo como fator sócio-econômico (BAHIA, 2005a, p. 64).

Nesses termos, percebe-se uma prioridade do empreendimento turístico, tendo a cultura uma função secundária, apenas de atrativo para os macro-investimentos do turismo. As ações desse organismo, segundo Paulo Gaudenzi, visam o fortalecimento do turismo, preocupando-se, não mais com o crescimento do fluxo de turista, mas com a qualidade do turista, “fazer com que o nível desses turistas seja cada vez mais alto” (BAHIA, 2005a, p. 60). Essa meta ocasiona, entre outros fatores, em uma distribuição planejada dos bens culturais do estado, em conjunto com uma padronização do “mercado de luxo (...) para complementar nossa oferta hoteleira” (BAHIA, 2005a, p. 102).

A prioridade da ação do turismo pode ser exemplificada também com o caderno especial do Jornal A Tarde, Raio X da Bahia – Turismo, do dia 29 de abril de 2006.

No período que compreende a criação e a implantação do PRODETUR-BA, o governo baiano vem, prioritariamente, concentrando recursos no setor turístico, porque acredita ser esta uma atividade estratégica para a expansão econômica do Estado. A justificativa do volume de investimento está na capacidade de geração de divisas, emprego e renda do setor, que interfere positivamente no crescimento de outras atividades produtivas, assim como na existência de grandes recursos ambientais e culturais ainda não explorados turisticamente. (...) Outro campo de investimento que vem recebendo incentivos para ampliação é o da produção cultural, que visa também aumentar a auto-estima dos habitantes das regiões, transformando-as em pontos turísticos diferenciados, onde o visitante é um habitante temporário que, mais do que visitar, deve “viver” a Bahia.

Com informações orçamentárias é possível perceber a disparidade entre as pastas. Enquanto foram gastos, ao longo de 12 anos, na área do turismo cerca de U\$ 1 bilhão e 600 milhões, o investimento com cultura, em 10 anos de existência da Secretaria, somam R\$ 550 milhões, o equivalente, segundo o secretário, a uma média de 1.2% do orçamento anual do governo do estado.

Sem dúvida o turismo é uma grande fonte de crescimento da economia brasileira e, dentro do setor terciário, é também um importante gerador de emprego. O mercado de bens

simbólicos também não é, teoricamente, fraudulento. Entretanto, outras formas de viabilizar o crescimento da economia existem, sobretudo no campo cultural. E existem também outras formas de defender a identidade local, que não apenas sob pretexto turístico.

Baianidade nagô, ioiô

Para a questão específica da baianidade, a atuação do governo foi bastante incisiva nas propagandas que difundiam a cultura para fora do estado. Uma característica forte dessa política da identidade é ter como meta atingir o público externo, os turistas, e a partir dessa promoção da identidade um movimento de valorização da cultura local. Desse modo, as políticas de cultura e turismo aproximam-se, sobretudo por sintetizar uma busca pela afirmação da identidade e da diferenciação simbólica. A grande repercussão da afro-baianidade fez com que algumas atividades culturais, que antes não bem vistas pela sociedade, fossem aceitas e freqüentadas por aquela parcela da população que não compartilhava dessa cultura afro. O que era socialmente periférico torna-se simbolicamente central (HALL, 2003). No entanto, isso não quer dizer que haja uma hibridização, como afirma João Jorge Rodrigues:

Uma sociedade capitalista é muito pródiga em se apropriar dos símbolos. Se [antes] sair no Olodum, ir à terça-feira do Olodum, vestir alguma coisa que identificasse o Olodum era uma coisa ruim, hoje é um símbolo de um status de ‘transporte’, de ‘transição’. Mostra que as pessoas estão freqüentando, convivendo ou participando, conseguem ir ao gueto, conseguem se misturar e conseguem voltar intactas (1995, p. 83).

A Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, ao eleger como prioridade do órgão a pasta do turismo, com a intenção de fomentar a economia deste setor, produziu uma submissão e uma fragilidade de conceitos, projetos e instituições da Superintendência de Cultura aos objetivos turísticos e empresariais.

Esta visão empresarial pode simplificar e estagnar a transformação continuada da cultura. A postura do Cluster, por exemplo, é buscar através das singularidades da cultura baiana a “consolidação [do estado] como pólo temático mundial” (BAHIA, 2005a, p. 75). Em outras palavras, a reiteração de estereótipos culturais é rentável para a promoção do turismo do estado, como indica a Bahiatura em seu *site*:

A conclusão é de que os estereótipos desempenham papel importante na formação da identidade local. Um exemplo disso é a imagem passada de que a Bahia é o Estado do Carnaval e de povo festeiro, o que atrai todos os anos grande quantidade de turistas para a capital e faz com que a população invista na festa. A intenção (...) é mostrar o lado positivo do estereótipo. Alguns, como o de povo acolhedor, hospitaleiro, místico e terra de contrastes entre o velho e o novo, se bem usados, atribuem força à promoção de destinos turísticos. São estereótipos explorados e aproveitados em campanhas publicitárias, por despertarem o interesse do público, instigando a venda do turismo (www.bahiatursa.ba.gov.br/memória.htm).

Vale lembrar que nem sempre o estereótipo da Bahia era o de “terra festeira”, mas, durante o tempo de Caymmi, a Bahia era cantada como a “boa terra”...

Referências bibliográficas

- BAHIA (estado). Arquivo Público do Estado. Manual de Arquivos Municipais. Salvador, 1998.
- BAHIA (estado). Secretaria de Cultura e Turismo. Bahia - Política Cultural, Salvador, 2003.
- BAHIA (estado). Secretaria de Cultura e Turismo. A Reforma Administrativa do Poder Executivo Estadual e seus Reflexos na Secretaria da Cultura e Turismo. Salvador, 2002.
- BAHIA (estado). Secretaria de Cultura e Turismo. Bahia - Política Cultural, Salvador, 2005.
- BAHIA (estado). Secretaria de Cultura e Turismo. Memória da cultura; 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador, 2004.
- BAHIA, Governo do Estado da. Impacto da cultura na economia baiana. Salvador, 2000.
- BAHIA, Governo do Estado da. Relatório de governo da FUNCEB. Salvador, 2003a.
- BAHIA, Governo do Estado da. Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo. Salvador, v. 1, 2005a.
- DÓRIA, Carlos Alberto. Os Federais da cultura. São Paulo: Biruta, 2003.
- GOMES, Marco Aurélio e FERNANDES, Ana. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (org.) Pelo Pelô: historia, cultura e cidade. Salvador: Edufba, Faculdade de Arquitetura, 1995.
- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- RODRIGUES, João Jorge. O Olodum e o Pelourinho. In: GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (org.) Pelo Pelô: historia, cultura e cidade. Salvador: Edufba, Faculdade de Arquitetura, 1995.
- VIEIRA, Mariella Pitombo. Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura. Salvador: UFBA, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- **Jornal A TARDE, título da matéria: Fator determinante para o crescimento (não assinada). Caderno Especial: Raio X da Bahia – turismo. Dia 29 de abril de 2006.**
- Sites
- BAHIATURSA. Disponível em www.bahia.com.br

- FAZCULTURA. Disponível em www.fazcultura.gov.ba.br
- Fundação Cultural do Estado. Disponível em www.fundacaocultural.ba.gov.br
- Secretaria de Cultura e Turismo. Disponível em www.sct.ba.gov.br

ANEXOS

ANEXO 1 (incompleto)

DIRIGENTES DE ÓRGÃOS RELATIVOS À POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA		
Órgão	Gestão César Borges	Gestão Paulo Souto
SCT	Paulo Gaudenzi	Paulo Gaudenzi
SUDECULT		Sônia Bastos
CEC		Oscar Dourado / Eulâmpia Reiber
FUNCEB	Augusto Burity	Armindo Bião
FPC	Afonso Maciel Neto	Claudius Portugal
IPAC	Adriana Couto de Castro	Heloisa Helena Costa / Julio Santana Braga
IRDEB		João Paulo Costa
Bahiatursa		Cláudio Taboada
Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia	(não existia)	Maurício Magalhães

ANEXO 2

EQUIPAMENTOS CULTURAIS DO GOVERNO DO ESTADO		(BAIRRO/MUNICÍPIO)
BIBLIOTECAS	Biblioteca Pública do Estado	Barris (SSA)
	Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	Nazaré (SSA)
	Biblioteca Anísio Teixeira	Centro (SSA)
	Biblioteca Juracy Magalhães Junior	Rio Vermelho (SSA)
	Biblioteca Juracy Magalhães Junior	Itaparica
	Biblioteca Pública Thales de Azevedo	Parque Costa Azul (SSA)
	Biblioteca de Extensão - Bibex	(Carro-Biblioteca)
	Biblioteca do IPAC	Pelourinho (SSA)
	Casa de Cultura Afrânio Peixoto	Lençóis
MUSEUS / GALERIAS	Museu de Arte da Bahia	Corredor da Vitória (SSA)
	Museu de Arte Moderna da Bahia	Av. Contorno (SSA)
	Museu Abelardo Rodrigues	Pelourinho (SSA)
	Museu do Recôncavo Wanderley Pinho	Candeias
	Museu Temporal	Pelourinho (SSA)
	Museu Recolhimento dos Humildes	Santo Amaro
	Galeria Pierre Verger	Barris (SSA)
	Galeria Solar do Ferrão	Pelourinho (SSA)
	Parque Histórico Castro Alves	Cabaceiras do Paraguaçu
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	Arquivo Público	Baixa de Quintas (SSA)
	Centro de Memória da Bahia	Pelourinho (SSA)
	Memorial do Centro Histórico de Salvador	Pelourinho (SSA)
	Memorial do Radio – Perfelino Neto	

CENTROS DE CULTURA	Centro de Cultura de Alagoinhas	Alagoinhas
	Centro de Cultura Amélio Amorim	Feira de Santana
	Centro de Cultura Adonias Filho	Itabuna
	Centro de Cultura Antonio Carlos Magalhães	Jequié
	Centro de Cultura de Juazeiro	Juazeiro
	Centro de Cultura de Porto Seguro	Porto Seguro
	Centro de Cultura de Valença	Valença
	Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima	Vitória da Conquista
	Centro de Cultura de Alagados	Alagados (SSA)
	Centro de Cultura de Plataforma	Plataforma (SSA)
	Casa da Música	Itapuã (SSA)
ARTES CÊNICAS	TCA (Sala Principal; Sala do Coro; Concha Acústica)	Campo Grande (SSA)
	Teatro Miguel Santana	Pelourinho (SSA)
	Cine-Teatro Boa Vista	Engenho Velho de Brotas (SSA)
	Espaço Xisto Bahia	Barris (SSA)
	Escola de Dança da FUNCEB	Pelourinho (SSA)
	Teatro XVIII (adm. terceirizada)	Pelourinho (SSA)
	Cine-Teatro Lauro de Freitas	Lauro de Freitas
	Teatro ICEIA	Barbalho (SSA)
	Teatro Dona Canô	Santo Amaro
	Teatro do IRDEB	Federação (SSA)
Armazém Cenográfico	Stiep (SSA)	
AUDIOVISUAL	TV Educativa	Federação (SSA)
	Sala Walter da Silveira	Barris (SSA)
	Sala Alexandre Robatto	Barris (SSA)
	Cine Glauber Rocha	Centro (SSA)
	Cine XIV (adm. terceirizada)	Pelourinho (SSA)
	Rádio Educadora FM	Federação (SSA)
	Videoteca do IRDEB	Federação (SSA)

Fonte: Bahia – Política Cultural, 2003.

ANEXO 3

PROJETOS REFERENTES À POLÍTICA CULTURAL DA SCT	
OFERTA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	Dinamização de Museus
	Bibliotecas para todos
	Rede de Arquivos Públicos
	Reassentamento do Circo
	Armazém Cenográfico
	Escola de Dança da FUNCEB
	Corpos estáveis do TCA (OSBA - Orquestra Sinfônica da Bahia e o Balé do TCA)
	Censo Cultural*

		Salões Regionais de Artes Plásticas
DIFUSÃO DINAMIZAÇÃO CULTURA	E DA	Terça da Boa Música
		Julho em Salvador
		Série TCA
		Apoio à produção teatral
		Programa Editorial
		Selos Fonográficos
		Expresso 2001's
		Brasil 500 anos
		Concursos de Literatura e Artes
		Caminhada Axé
		Quarta que Dança
Fazcultura*		
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL		Chapéu de Palha
		Oficina Contação
		Oficina Diverso e Prosa
		Oficinas Viver com Arte
		Registro Audiovisual de Tradições e Manifestações de Cultura Popular
		Prêmios e Concursos para Vídeos e Espetáculos de Dança e Teatro
		Domingueiras
		Saveiro Literário
PIB Cultural*		
PRESERVAÇÃO MEMÓRIA PATRIMÔNIO	DA E	Recuperação de bens móveis
		Tombamento de bens patrimoniais
		Bahia Singular e Plural
		Quarteirão Cultural
		Inventário patrimonial*
		Programa MONUMENTA*
		Pelourinho Dia&Noite
Recuperação de bens imóveis e religiosos em Centros Históricos		

*Chamados "Suportes" da política cultural do governo